



DOI: <https://doi.org/10.30612/frh.v27i49.20204>

## **História da Ditadura Hoje: A importância dos interiores para uma crítica decolonial do território nacional e suas temporalidades**

**History of the Dictatorship Today: The importance of the hinterlands for a decolonial critique of the national territory and its temporalities**

**Historia de la Dictadura Hoy: La importancia de los interiores para una crítica decolonial del territorio nacional y sus temporalidades**

**Filipe Menezes Soares**

Doutor em História pela UFPA

Professor da UFPA

[menezes.fs@gmail.com](mailto:menezes.fs@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0003-2535-8538>

## Resumo

O artigo tem como objetivo defender a renovação das abordagens sobre o período da ditadura militar, apontando um novo caminho de crítica e análise ao qual se entende poder ser uma nova tendência da historiografia brasileira sobre o tema. A princípio, existe a constatação de uma série de pesquisas, concluídas ou em andamento, que se aproximam no sentido de compor um olhar sobre o autoritarismo dos militares a partir dos interiores do território brasileiro – sua dimensão local, em contraposição às macroanálises. Proponho então, a partir dos interiores, um conjunto de iniciativas que apresentem diferenciadas perspectivas da investigação histórica/historiográfica ou da memória produzida sobre o recorte 1964-1985.

**Palavras-chave:** micro-história; cultura política; história do cotidiano; memória social; tempo presente; ditadura militar.

## Abstract

This article aims to defend a review of approaches to the period of the military dictatorship, pointing a new criticism and analysis which is understood to be a new trend in Brazilian historiography. I observe a series of researches, completed or in progress, that composing a look at the authoritarianism of the military from the interior of Brazilian territory – its local dimension, as opposed to macroanalyses. By conclusion, I then propose, from the interiors, a set of initiatives that present different perspectives of historical, historiographical or memory research produced about the time (1964-1985).

**Key-words:** micro history; political culture; everyday life history; social memory; history of the present, military dictatorship.

## Resumen

El artículo tiene como objetivo defender la renovación de los enfoques sobre el período de la dictadura militar, señalando un nuevo camino de crítica y análisis que se entiende puede constituir una nueva tendencia en la historiografía brasileña sobre el tema. En principio, se constata la existencia de una serie de investigaciones, concluidas o en curso, que convergen en la construcción de una mirada sobre el autoritarismo militar desde los interiores del territorio brasileño — su dimensión local, en contraposición a los macroanálisis. Propongo, entonces, a partir de los interiores, un conjunto de iniciativas que presenten diferentes perspectivas de la investigación histórica/historiográfica o de la memoria producida sobre el recorte temporal de 1964-1985.

**Palabras clave:** microhistoria; cultura política; historia de lo cotidiano; memoria social; tiempo presente; dictadura militar.



## 1. Introdução

Nos primeiros textos e estudos da História enquanto disciplina, é comum termos os Annales, representados nas figuras de Marc Bloch e Lucien Febvre. Diz o primeiro, em célebre afirmação, que a história é a ciência “dos homens, no tempo” (Bloch, 2001, p. 55)<sup>1</sup>. Os Annales representam um movimento fundamental para despertar o interesse pela chamada Teoria da História, ou melhor, para começarmos a pensar em torno do que é (e como funciona) a historiografia. Se a História também tem a sua própria história, a primeira constatação que se nos apresenta é que as formas de escrever o texto histórico também estão submetidas ao tempo e suas constantes transformações. Porém, mais complexo é perceber como distintos regimes de historicidade (Hartog, 2013) estão imbricados em determinados movimentos da memória social. Talvez este seja o melhor ponto de partida para o artigo em questão. Ao longo de minha trajetória enquanto pesquisador do regime ditatorial militar no Brasil, identifiquei junto a trabalhos consagrados do período, que o processo de distensão política daquele governo, tratado, em geral, pela lei da anistia e suas implicações, foi enfim envolto nos tecidos de uma memória cuja principal função é o esquecimento (Reis Filho, 2014). A complexidade nos movimentos de memória indicados anteriormente reside justamente na perspectiva de que, assim como a História, entendida por sua escrita (a historiografia), a memória, em seu caso, também constitui um processo de sua própria construção (ou seu esquecimento) a nível social. No século XX, sobretudo, essa memória social corresponde às dimensões do nacional, operações que criam e disseminam uma dada concepção sobre os acontecimentos ambientados nessa nacionalidade, leia-se, seu território, sua cultura<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Irônico pensar, mas também não menos importante, que nas primeiras aulas de Sociologia aprendemos a não generalizar o substantivo homem para tratar de humanidade. Neste caso, mantenho a terminologia do autor e da tradução, sua referência, salvaguardando a época em que escreve, ainda na primeira metade do século XX.

<sup>2</sup> Na Europa, esse movimento parte do século XIX – seus Estados-Nação e processos de unificação. Nesse período também não há como negar uma certa repercussão no caso brasileiro, pensada em torno das iniciativas do Império em produzir uma identidade nacional brasileira. Aqui mais interessa o movimento do século XX, entendido em torno da emergência dos fascismos, do comunismo, das



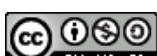
Antes que me alongue muito, para entender as implicações memória/história sobre a ditadura, temos de ter em mente que os militares saíram incólumes do governo, promovendo a transição democrática sem eleições diretas, o que ao fim fez chegar à presidência uma figura alinhada ao antigo ARENA<sup>3</sup>. José Sarney foi aliado dos militares justamente no momento em que o regime mais se inclinou à violência estatal e seu correspondente autoritarismo. Mas naquele momento da transição, o consenso era em torno da figura de Tancredo Neves, político associado à oposição “MDBista”, mas que em virtude de seu falecimento, abriu espaço ao vice Sarney, naquela altura já filiado ao MDB<sup>4</sup>. A chegada da Nova República – ou terceira República, como também se apresenta o recorte – foi “lenta e gradual”, da forma como queriam os militares, portanto negociada. Ela excluiu a responsabilidade que tiveram as Forças Armadas no período em que governaram o país, cujo peso dos coturnos dissolveu o Congresso e estabeleceu os mecanismos legais para institucionalizar a tortura e a repressão policial. Na tentativa de rever o legado histórico e historiográfico brasileiro, sobretudo para entendermos “a história que temos vivido” (Fico, 2012), questiono se estaríamos no século XXI a reavaliar a memória nacional sobre o período da ditadura em demasia, constituindo, ao final, como aponta este dossiê, “um passado que não passa” (Roussou, 2016), ou, no limite, apegados ao que foi chamado de excesso de memória nas conformações de nossa cultura política. Mas por outro lado, não devemos cegar, e isto é evidente, ao recente “enaltecimento dos regimes de exceção” – vide dossiê, o que faz com que as nações revisitem o passado traumático dos autoritarismos no século XX. O intelectual, o historiador, melhor dizendo, no meio disso tudo, acaba por retomar os debates em torno desses recortes, propondo, sobretudo aqui no Brasil, um turnover jurídico que possa de fato, enfim, punir os segmentos responsáveis pelas atrocidades e violências do regime militar, ou ao menos reparar seus grupos e indivíduos vitimizados. Comparados a nossos vizinhos latinos, somos uma nação que não responsabilizamos

---

grandes guerras; a Europa e suas rivalidades, chauvinismos e nacionalismos radicalizados e exacerbados; suas identidades e populações, seus traumas nacionais.

<sup>3</sup> Aliança Renovadora Nacional – partido político de apoio ao governo dos generais, fundado em 1966 e encerrado em 1979.

<sup>4</sup> MDB – partido que congregava os políticos opositores ao governo dos militares, entre 1966 e 1979. Posteriormente adquiriu outras feições e até hoje mantém sigla associada à atuação naquele período.



os militares pelos crimes da ditadura que aqui se passou. E quando pensamos o recrudescimento do autoritarismo no tempo presente, as expressões do fascismo e da nova direita, é inevitável não associar esses movimentos à impunidade dos militares e seus círculos após a ditadura. Este é mesmo um grande dilema sociopolítico atual, de forte investimento intelectual, no qual a polarização esquerda/direita se faz presente e se atualiza. Neste dilema se disputa a chamada judicialização do político, diante de um executivo fraco, em função mesmo dessa disputa política que não passa, e de um legislativo audacioso, que legisla em causa própria e remonta oligarquias. Mas em que pese algumas conquistas deste mesmo século XXI, promovidas pela Comissão Nacional da Verdade<sup>5</sup>, seguimos ainda hoje revirando aquele passado em função de demandas políticas do presente. É preciso, portanto, deixar claro, e neste quesito há que se ter coragem de verdade, que não há inocentes neste mais recente embate político do campo social. Ao tomarmos os movimentos políticos que resistiram à ditadura, seus sujeitos, e ao isolarmos a transição democrática, percebemos que, de seu lado, observa-se uma tendência crescente de cooptação estatal, radicalizadas nos governos do Partido dos Trabalhadores, na qual agentes governamentais e não governamentais atuam desde a constituinte de 1988 até os dias atuais, demarcando seus espaços na administração pública e formando seus agentes na condução do Estado brasileiro; uma elite, intelectual e progressista, demarcada pelo capital cultural que possui e que não quer abrir mão de seu lugar e de seu projeto de poder. De outro lado, as Forças Armadas, que não foram responsabilizadas por seus crimes durante a transição, e assim se distanciaram da política ao se acomodar em um funcionalismo público marcado por grandes privilégios – e isto segue até hoje, mesmo que sempre em revisão. Na verdade, enquanto República, o Brasil não sabe lidar com o contingente de suas Forças Armadas, segmento decisivo na inauguração dessa forma de governo, ao longo da passagem entre os séculos XIX/XX. No entanto, as especulações e conspirações associadas às tentativas de golpe após a última eleição, nos trazem de volta o fantasma da ditadura, à medida que demonstram o perigo da tomada do

<sup>5</sup> A Comissão Nacional da Verdade (CNV) desempenhou um trabalho valioso à memória nacional ao abrir os arquivos do regime e disseminar trabalhos sobre o tema, concedendo inclusive importantes reparações àqueles que resistiram à ditadura.

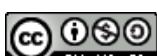
poder do Estado brasileiro por parte destes segmentos militarizados. Na verdade, se recordarmos o período republicano, perceberemos que os militares são uma presença constante na organização desse sistema político, desde sua fundação em 1889 (Teixeira da Silva, 2020), como apontado anteriormente. Aqui, denuncio que o recente retorno das Forças Armadas à cena política brasileira demarcou a estrutura do último governo (2019-2022), constituindo um verdadeiro Partido Militar no interior do executivo.

Entendo, portanto, que os pesquisadores da área estão diante de um grande desafio: fazer o passado da ditadura, enfim, passar. Esse seria o grande compromisso de intelectuais preocupados com o tema, de maneira a evitar grandes agenciamentos do período à direita, deixando de lado os riscos políticos e uma polarização no tempo presente, espécie de resgate de uma nova “Era dos extremos” (Hobsbawm, 1995). Esse é um debate longo, que prefiro aqui somente apresentar, no intuito de quem sabe em outras oportunidades poder aprofundar, em debate e diálogo, com os pares da disciplina histórica e da historiografia brasileira. Por ora, cabe lembrar que os historiadores não são os únicos a falar do passado, contudo me parecem os mais responsáveis por ele, e redirecionar as polarizações no espaço público não deixa de ser uma atitude intelectual responsável e comprometida. Enfim, a princípio, penso em uma política de memória, patrimônio e cultura que possa consolidar os lugares da ditadura na sociedade, promovendo o luto, silenciando o conflito, e dando o devido lugar ao trauma. Para tanto, precisamos confiar na profissão e acreditar no tempo como cura.

Nesta introdução, se pudesse definir o que entendi de “estado da arte” (entre a historiografia da ditadura e a conjuntura das democracias), nas áreas e projetos que venho atuando, diria o seguinte: sob uma perspectiva histórica dos últimos anos, na esteira da Comissão da Verdade, acompanhamos a expansão das universidades e dos programas de pós-graduação. A abordagem da ditadura, ainda parte de uma história do tempo presente, possibilita também o recurso à história oral, prática bastante facilitada pelo uso dos *smarts*, recurso importante para a captação dos depoimentos e para a produção de uma história pública, sobretudo junto aos estudantes de graduação. Nossos cursos de História, relativamente fortalecidos ao longo do país,

têm cada vez mais ganhado o espaço social, por sua vez muito em função dos meios digitais e da facilidade de acesso à informação. Por conseguinte, temos redescoberto o interesse na História, sobretudo na História do Brasil, estimulando o diálogo, no interior das instituições de saber, com disciplinas outrora auxiliares, como a Arqueologia, a Museologia e a Arquivística. Esse movimento tem fortalecido a preocupação com a história e com a memória nacional, bem como estimulado a preservação de nosso patrimônio histórico, tanto material como imaterial. Na mesma direção, percebemos uma preocupação crescente com o que se entende ser o documento histórico, associando ao que chamamos de fonte histórica o estatuto de patrimônio. Dissemina-se no Brasil, por exemplo, instâncias arquivísticas no interior do judiciário, seções preocupadas com a preservação, acesso e exposição dos processos judiciais – importantes interlocutores do passado nacional. Também me parece que a já citada polarização política, ao ganhar o mapa do país, tem acirrado os ânimos da população brasileira, vendendo ideologias baratas, muitas das vezes encapsuladas nas *fake news* e em estereótipos políticos que definem e acusam determinados grupos e sujeitos sociais no Brasil de hoje. Em seu caso, também não podemos esquecer que a luta dos novos segmentos que adentraram as universidades tem colocado na pauta política cotidiana a crítica ao preconceito de raça, classe, gênero e sexualidade, e marcado no entendimento da nossa história o recorte dado por esses vieses – dentro e fora dos anos da ditadura militar. Em um momento de busca desenfreada pelo conhecimento raso e simples, temos de ter a preocupação com a defesa de um saber ético, no qual a pretensão científica cede espaço à troca de experiências, possibilitando outras rationalidades no entendimento da História, da Memória e do Brasil (seu território, sua população) – mesmo que o conhecimento, sua cultura erudita, mantenha-se importante em um cenário negacionista.

Diante de tantas questões, o que não podemos é perder de vista que a História é um tecido vivo, incorporado nas pessoas que de maneira plural compõem suas próprias temporalidades e espacialidades. À ditadura militar, enquanto fato histórico, podemos indagar: o que dela resta em nossos corpos e mentes? Assim, sabedores de suas heranças, poderemos enfim sepultar seus traumas, consolidando tabus políticos



em nossa vida social. É com este acúmulo que tentarei esboçar, a seguir, o que venho desempenhando como pesquisador da área.

## 2. DISCUSSÃO

Entre as décadas de 1980/90, Foucault passa a ser um autor fundamental também na historiografia brasileira. Relendo-o nessa esteira, o filósofo francês facilitou bastante o desprendimento de meu problema de pesquisa, recorte que envolve a ditadura, desde a minha graduação. Também não pude deixar de notar em Edward Thompson, um modelo histórico antropológico bastante importante para pensar cultura e classe no entendimento da História Social. O autor inglês auxilia de maneira a não pensarmos a renovação das abordagens como passíveis de serem acusadas de simples revisionismo, uma vez que não abandona a perspectiva revolucionária e classista contida na crítica do marxismo. Com a virada do século, portanto, a antropologia se tornou uma questão a ser necessariamente enfrentada pelos historiadores, e a partir dessa aproximação, muitos trabalhos foram produzidos. Nesse bojo, existiu quem conseguisse produzir uma escrita histórica congruente com a perspectiva antropológica, mas também existiu quem vulgarizasse a referência dessa outra disciplina, cujo grande ganho, em síntese, é o trabalho com a cultura.

Segundo Jacques Revel (1998), a experiência social, e cultural, defendida por Thompson, foi contraposta pela micro-história italiana de maneira a evitarmos grandes estruturas e recortes temporais, de outro modo e em função de uma valorização do local, algo mais próximo das vivências entre determinados indivíduos e seus grupos sociais, que, bem articuladas ao que se entende por macro, poderiam melhor desvendar os processos históricos. A competência dessa vertente historiográfica reside principalmente nos ganhos de sua proposição metodológica. Se Thompson legitima o trabalho com a cultura, sem riscos de perdermos a responsabilidade com uma historiografia que visa superar o capitalismo, a micro-história italiana, por sua vez, apostava em uma competente exegese do documento

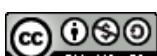


histórico, sem deixar de se filiar à guinada culturalista e à preponderância dos modelos antropológicos<sup>6</sup>.

Na continuidade daquilo que propõe a micro-história, segundo outros autores dessa corrente, seria necessário à historiografia promover um jogo de escalas entre o micro e o macro, capaz de possibilitar a percepção do geral no particular, e do particular também no geral (Revel, 1998). A ousadia da corrente consiste em abandonar esquemas totalizantes e fazer emergir uma história onde aparecem pessoas, indivíduos e sujeitos afetados por suas temporalidades, mas também agentes construtores desta mesma experiência/vivência, aquilo que corresponde mesmo ao tecido histórico.

Em seu tempo, algo rico e espinhoso na abordagem da temática da ditadura no Brasil é a referência na *Alltagsgeschichte* alemã (Kott, 1991), o que o inglês chamou de *Everyday Life History* (Peukert, 1987), e que os estudos do franquismo espanhol e do peronismo argentino trataram por *historia de la gente corriente* (Claudio, H. B., 2014). A proposta em questão consiste em um deslocamento que aproxima governo e população governada, na tentativa de entender o cotidiano popular sob os regimes autoritários do século XX. A pergunta é simples, e aparece nos manuais didáticos da história estudada no ensino básico, qual seja, como pôde a população daquela época apoiar regimes tão violentos? A resposta, por sua vez, envolve alguns riscos, e entre o apoio e a resistência daquelas pessoas frente às ditaduras, não podemos é naturalizar os autoritarismos e repetir aleatoriamente os discursos de suas lideranças em nossos trabalhos, nem muito menos nos prestar a construir uma imagem positiva daqueles governos. Reconstituir o cotidiano, como nesse caso, é uma tarefa que também assimila a antropologia, sua referência em Clifford Geertz, aproximação ligada à explosão temática da passagem do último século, como dito, parte da guinada culturalista, da virada linguística, da emergência da terceira geração dos *Annales*, ou, como também acusaram, de uma “história em migalhas”, por demais revisionista. O trabalho consiste em valorizar a narrativa histórica que opta por descrever a experiência de pessoas comuns, desvincilhando, no mais das vezes, dos esquemas

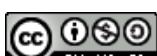
<sup>6</sup> O principal exemplo dessa narrativa é Carlo Ginzburg, que em o “Queijo e os Vermes”, analisa um documento da Inquisição no século XVI europeu, e o relaciona com a circularidade cultural proposta por Bakhtin.



de erudição que marcaram a disciplina por tanto tempo. Por fim, os resultados apontam para conclusões com base em estudos de memória, fontes produzidas a partir de depoimentos orais, principal campo analítico e teórico metodológico da proposta em questão. Entre depoimentos de pessoas comuns e intencionalidade autoral/intelectual/historiográfica, tudo é texto, e os perigos residem justamente em uma radical definição da História como narrativa, ou pura e simplesmente, discricionária.

Observo que o cotidiano popular é sempre uma crônica, e entre a memória e a história dos regimes autoritários, não podemos perder de vista que o exercício historiográfico assume o lugar do passado. Nesse sentido, para aproximar um leitor preocupado com o passado nacional, mas não necessariamente especialista na área, cabe aos nossos pesquisadores incorrerem também na aproximação com a literatura, produzindo uma linguagem fácil e prazerosa, fazendo da História algo cada vez mais público, sem deixar de lado a responsabilidade com a pesquisa acadêmica. Esse é o estado da arte com o qual me deparo em minhas pesquisas. Entre os arquivos judiciais, lugares que me oferecem um leque de processos cujo grande valor é a descrição dos cotidianos locais nos interiores do Brasil; e uma história oral contada no autodidatismo dos curiosos sobre o regime, reconstitui-se uma escrita popular da ditadura, na tentativa de medir as interferências de um governo na vida comum da população brasileira à época – sem deixar de considerar, é claro, a forma ascendente da constituição desses poderes em direção ao Estado, enfim, a relação entre governantes e governados em localidades de pertencimento tradicional e arraigado, mediante a possibilidade de tensionarmos o limite entre a cultura popular e a política nacional.

A esta altura, defino a proposta de Frederik Barth como a que melhor resume e encerra a discussão que vai compor o quadro referencial necessário ao que proponho como uma nova tendência na historiografia da ditadura: um regime reconstituído a partir dos interiores do país. Reforça o autor citado acima que no micro engendra-se o macro (Revel, 1998, p. 14). Seria então no recorte de pequena escala onde operam-se os processos causais mais eficientes (Revel, 1998, p. 14). Dessa assertiva, concluo que o entendimento da ditadura no Brasil passa pela ação

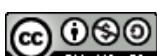


dos personagens de governo, ou seja, como a população da época reproduz, em cotidiano, os desígnios daquele autoritarismo, sem nos esgueirarmos nos refúgios deterministas da socioeconomia. *Paripassu*, esta relação governamental estaria mais evidente em espaços recortados, no geral distantes dos centros urbanos, empurrando a história do regime pós-1964 para os interiores do território nacional. Nesses ambientes, sugiro fazer funcionar a ferramenta conceitual da cultura política, definindo o autoritarismo como um esforço comunicativo entre governo e população governada<sup>7</sup>. No encontro entre instituições e personagens, percebemos a disseminação de um comportamento homogeneizado, por fim comprometido com valores nacionalistas e autoritários, expressões de defesa da família, da religião e da propriedade.

Por continuidade, minhas preocupações em relação à importância de retomarmos um olhar sobre a ditadura a partir dos interiores passa pelo entendimento que tive ao me formar com um pesquisador da região amazônica. Nesse intento, percebi o território como uma importante seccionalidade, recorte voltado para uma crítica mais radical à história do Brasil e sua política, devidamente atualizada junto aos diálogos com o decolonial. Nessa defesa, enquanto relia um resumo de “República em migalhas”, livro colaborativo, feito sob reunião possibilitada pela ANPUH, me deparei com uma intrigante resenha de Ângela de Castro Gomes (1990) sobre tal publicação. Em seu texto, ela valorizava o centenário da República, justamente na passagem do século XX ao XXI, momento decisivo para a renovação historiográfica e para revermos as tendências da historiografia brasileira. Diz a historiadora que os artigos presentes no livro demonstram historiadores preocupados com o passado e com o futuro da República. Isso representa muito do momento em que nos encontramos, e acredito que tal preocupação, assinalada pela autora anos antes, reaparece no cenário historiográfico atual, também preocupando os historiadores de hoje. Em nossos dias, de maneira sistemática, assistimos reacender os debates em torno da ditadura militar, possibilitando, portanto, novos

---

<sup>7</sup> A grande referência nos estudos de cultura política junto à ditadura militar no Brasil é a obra de Rodrigo Patto Sá Motta. Contudo, o conceito, segundo o próprio Rodrigo (2018), advém de trabalhos produzidos desde a sociologia americana, na década de 1960, a partir de autores como Gabriel Almond e Sidney Verba (1963).

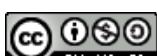


olhares, abordagens e críticas sobre o período. A minha contribuição se dá então a partir de uma história mais regionalizada, digo, menos dedicada aos grandes centros do mapa brasileiro, portanto, voltada às implicações de um território seccionalizado, onde se faz emergir as suas periferias – seus interiores, suas “regiões-problema”, como diria o vocabulário da própria ditadura ao tratar da Amazônia, enfim, suas fronteiras.

Uma questão central que se colocava sobre “A República em migalhas” (Silva, 1990), 35 anos atrás, passava pela indagação a respeito de se a escrita de uma História Regional constituía, naquele momento, uma espécie de gênero historiográfico. Autor com formação no Nordeste e Norte do Brasil, pesquisador de temas ambientados nestes locais (mesmo que no século XXI), eu muitas vezes me deparei com tal questionamento. No debate entre os programas de pós-graduação das supracitadas regiões, problematizamos se o que fazemos seria algo ligado a um regionalismo, e logo acusamos que a perspectiva do nacional se resume à história e ao protagonismo da região Sudeste. O livro acima é obra importante para elucidar a discussão. Os artigos e autores que abordam a história do estado de São Paulo e do Rio Grande do Sul (Janott, 1990; Pesavento, 1990), apresentando-as como construções narrativas que apelam, na falta de um termo melhor, para um sentimento nativista, demonstram que o regionalismo não se resume à abordagem do Nordeste ou do Norte do Brasil. Em todo o caso, historiadores dos grandes centros do país sempre se sentiram muito à vontade para fazer de suas discussões algo de relevância e abrangência nacional, simplesmente por escreverem a partir desses locais. Mas quando penso a minha produção, valorizo a sorte de ter lido “A invenção do Nordeste” (Albuquerque Jr., 1999), e assim pude entender o regional como uma construção imagético-discursiva, produto de um saber imbricado em determinadas relações de poder, território ao fim e ao cabo criado para fazer funcionar uma dada administração política. E é quando Ângela de Castro Gomes, indaga, lá em 1990, se a temática do regional seria um gênero historiográfico, responde que tal discussão faz render uma polêmica antiga no estudo do Brasil Republicano. Segundo ela, nesse debate, terminaríamos por opor, sob o olhar do regional, o que é o “Brasil Moderno” e o que é o “Brasil Atrasado”. Mas, esta constatação, ainda que recusada por Castro

Gomes (1990), torna-se importantíssima para desprender o que postulo enquanto tendência historiográfica da ditadura. Defendo uma história do regime ditatorial que parte dos interiores, desconstruindo a oposição modernidade *versus* atraso. A intenção é tirar de cena os grandes centros do país e destacar as periferias, não necessariamente rurais, mas permitindo, no ato historiográfico, a valorização de novas territorialidades. Por conclusão, podemos revirar criticamente muitos desses locais, oferecendo uma importante contraposição à continuidade histórica e colonialista, qual seja, a relação entre a modernidade do encobrimento e do progresso e a necessidade de defesa de culturas e comunidades tradicionais (Dussel, 1993). Entrementes, não posso deixar de considerar, que, enquanto historiadores, tendemos a supervalorizar o tempo em detrimento dos espaços, quando na verdade as geografias podem e devem aparecer como potente lugar da discussão historiográfica mais recente (Albuquerque Jr., 1999).

Como dito, nas minhas pesquisas, o espaço selecionado como local de discussão da ditadura é a Amazônia. Em que pese a generalidade que implica as definições do regional, essa Amazônia pode aparecer, construída e reconstruída, na forma de diversas facetas, tanto presentes quanto passadas, dentro e fora da ditadura. No doutorado, trabalhei com as regiões da Transamazônica, rodovia cuja obra foi um baluarte do regime, na década de 1970. Hoje, enquanto professor do magistério superior, tenho projeto ligado ao que no geral chamam de “salgado paraense”, região oceânica do estado, a leste de Belém, já no sentido do Maranhão. Realizo então pesquisas (assim como leciono) na cidade de Bragança-PA. Uma das grandes dificuldades de estar longe dos grandes centros é ter acesso a fontes históricas capazes de engendrar as discussões historiográficas delas decorrentes. Por isso, nesses locais, muitas vezes insistentemente tem se recorrido à história oral como fonte de pesquisa, e os pesquisadores iniciantes acabam apostando no audiovisual como importante recurso da disciplina, inclusive promovendo outras sinapses artístico-culturais e facilitando transdisciplinaridades, o que ao final mais uma vez tende a aproximar História, Antropologia e história pública, mas que também, muitas vezes, cai em um pobre automatismo dentro daquilo que se faz, no qual as imagens acabam superando os textos escritos e diminuindo a importância da



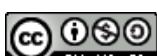
história enquanto escrita. Este é na verdade um outro mal do nosso século, que não pode disseminar-se de maneira tão natural na formação de nossos professores e pesquisadores, qual seja, o reconhecimento de uma sociedade da imagem, leia-se das aparências, portanto, espetaculosa.

Contudo, na contramão do que se supõe o acesso às fontes históricas nos interiores, a cidade de Bragança abriga um reconhecido patrimônio cultural do estado do Pará, e a Faculdade de História abrigada no município tem se esforçado para garantir a preservação da memória histórica na região. Nesse quesito, pude me associar a um projeto de extensão que tenta há alguns anos preservar os documentos de Estado que se encontram espalhados nas instituições da cidade. Entre este acervo, selecionei os processos judiciais do fórum de justiça local, onde tenho reunido textos-documentos importantes para pensarmos a atuação do judiciário ao longo dos anos do regime. A partir desses documentos, realizei a proposta de contribuir com uma *etnografia das instituições*, voltada justamente para o trabalho com a ditadura e o Estado brasileiro entre os anos de 1964 a 1985 (Escobar, 2008). A narrativa e escrita que se almeja pretende reconstituir o cotidiano dessas esferas locais. Entre o micro e o macro, portanto, proponho o uso do conceito de cultura política, ainda com o objetivo de problematizar as relações governantes/governados (ou Estado/Sociedade). Melhor, sugiro tensionar as relações de governo entre o comportamento da população à época para enxergarmos consentimentos e/ou resistências, do local ao nacional. A partir dos depoimentos orais, relatos individuais e pessoais, nesse processo emergem grupos e sujeitos, traço que objetiva dar contornos a determinadas memórias e identidades coletivas.

Também é preciso frisar que uma nova perspectiva de trabalho com a ditadura não se resume aos vínculos daquele governo com a Amazônia. Uma outra sorte de interiores, distribuídos ao longo da imensidão do território nacional funcionam como ambientes férteis à mesma discussão, esteja no centro ou na periferia dos recortes regionais. Entre uma e outra dimensão desse recorte local, o que temos de ter em mente é a preservação de uma história comprometida com o bom jogo de escalas e que, portanto, não deixe de estabelecer vínculos com o nacional e até com o transnacional. A proposta não é esfacelar a República em migalhas, mas defender

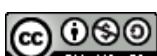
que no micro engendra-se o macro, e que o conceito de cultura política é instrumento importante para a construção dessa narrativa historiográfica. Naquilo que venho fazendo, estou certo de um protagonismo amazônico que impacta a ditadura e seus personagens de governo. Ou seja, muitas vezes pensamos que foi a Amazônia impactada pela ditadura, suas grandes obras e projetos que adentram a região no período. De outro modo, observo que foi a região quem pressionou o regime, impactando a racionalidade governamental dos militares, uma vez que o território nacional e suas fronteiras constituem responsabilidade proeminente das Forças Armadas. De maneira associada, entendo que a resposta institucional encontrada pelos militares passou pela imposição de políticas desenvolvimentistas e de segurança nacional, tendo a Amazônia como laboratório da ação governamental ampliada para o restante do território. Ainda que não entenda essa relação de maneira hierarquizada, ou seja, que a postulação do impacto da ditadura sobre a Amazônia seja necessariamente uma abordagem melhor ou pior que o impacto da Amazônia sobre a ditadura, me parece que podemos exportar o modelo de gestão radicalizado neste espaço para pensar a política nacionalizante dos militares – e isso não quer dizer que determinados recortes territoriais do território nacional possam melhor ou pior explicar o regime, constituindo novas hierarquias, como dito acima. A Amazônia é um “acontecimento monstro” naquele período (Dosse, 2013), tanto invadida pelas iniciativas governamentais, quanto uma invasora na consciência dos responsáveis pelas razões práticas do Estado brasileiro à época (Soares, 2023).

Apesar de definidas algumas arestas, o que aqui se propõe é uma abordagem do período ditatorial brasileiro na qual se privilegia a diversidade temática, teórica e metodológica. No entanto, tendo em vista as peculiaridades dos pequenos recortes, orienta-se prezar por uma investigação histórica capaz de agenciar um dado conjunto de fontes, assim como bem entrecruzar distintas naturezas documentais, aproximando as teses de resultados validados junto ao conjunto dos pares historiográficos, estejam estes em âmbito local, regional, nacional ou até transnacional. O diálogo historiográfico faz-se constantemente necessário, e junto aos grupos de pesquisa, devemos estimular leituras atualizadas a respeito da área e sua diversidade temática. Os eventos acadêmicos cumprem papel importante nesse



diálogo, aproximando pesquisadores e contrapondo entendimentos, sempre na perspectiva de que o debate enriqueça a historiografia brasileira.

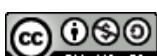
No atual momento de nossa historiografia, portanto, o que tenho observado em uma série de iniciativas recentes que trabalham com o tema da ditadura militar, é o esforço para fazer dessa discussão algo cada vez mais público. Essas tentativas revestem nossas escritas de potencialidade política, ganhando o terreno do social com a pretensão intelectual para a formação de opinião. No Brasil recente, multiplicam-se os discursos sobre a ditadura, tanto à direita como à esquerda, e os historiadores necessariamente precisam se fazer presentes nesse discernimento. Essa discussão pública sobre a ditadura compartilha da produção de uma determinada memória do regime. Nessa maquinaria discursiva, algumas iniciativas têm valorizado uma perspectiva museológica e arquivística do legado ditatorial, forma de preservação da memória do regime que hoje encontra no Arquivo Nacional uma instituição parceira neste intento. Citei a recente preocupação do judiciário com seus arquivos; e as Instituições de Ensino Superior também não têm ficado de fora no que toca a salvaguarda dessa memória do regime militar e sua publicização. Mais comum é a apreciação de espaços digitais que divulgam os anos da ditadura, sua memória e sua história. Nos interiores, portanto, também é válida a possibilidade de utilizar a documentação que temos em mãos para torná-la pública nessas mesmas localidades. A história oral, por sua vez, ainda estar por ser feita, atenta ao fato de que boa parte da população que conviveu com o regime encontra-se hoje em idade avançada.



### 3. CONCLUSÃO

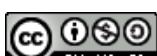
O que entendo, portanto, como nova tendência da historiografia brasileira a respeito da ditadura militar, 1964/85, corresponde a um conjunto de análises que destacam os interiores do país e suas diversas regiões, criticando o *modus operandi* do regime ao longo do território, a política daquele tempo, sua economia, sociedade ou cultura. A proposta não é necessariamente original e autêntica, pois já apontada enquanto possibilidade em outros trabalhos (Reis Filho, 2014; Rezende, 2013). No entanto, hoje é possível melhor enxergar uma certa demanda entre alguns historiadores que tratam do período pós-1964, em ampliar as geografias associadas a este recorte. Essa conformação temática, entre tempo e espaço, é produto tanto da expansão universitária quanto do interesse público no tema; mas mais curioso é observar que a proposta também está condicionada pela possibilidade metodológica da história oral. Nos interiores, os depoimentos orais constituem matéria importante para a salvaguarda da memória do regime. Nesses locais, os historiadores em formação acabam também se entendendo sob uma nova tendência, autores do discurso histórico, é claro, mas também produtores de cultura no local onde atuam, uma vez que o registro da história oral permite o contato com o audiovisual.

Ressalto então a importância da ideia de território para compormos as novas reflexões sobre a ditadura. E essa perspectiva nasce junto à crítica decolonial. Foi uma vez na Amazônia e nos seus interiores que me percebi convencido da validade de se pensar e debater a decolonialidade (Mignolo, 2021). No geral, e é preciso aprofundar melhor a discussão, entendo que os interiores podem relativizar criticamente, e até mesmo aprofundar a crítica daquilo que a modernidade consolidou enquanto ideologia de progresso e universalidade de direitos, marca, portanto, do colonialismo, este tomado na grande escala global, processo que unificou a terra sob o capitalismo. A partir desses espaços, distantes dos grandes centros, é possível cruzar e contrapor diferentes formas de vida, rurais e urbanas, tradicionais e modernas, no geral não completamente homogeneizadas pela cultura de massa das sociedades pós-industriais. O território amazônico é um grande exemplo dessa perspectiva. A região ainda mantém seu vínculo com comunidades quilombolas e



trabalhadores radicados em reservas extrativistas. Trata-se de um lugar complexo, onde reúnem-se distintos sujeitos e diferentes interesses, tendo como base, em última instância, o acesso à terra e ao trabalho, definindo e redefinindo as fronteiras desse território. Nesses espaços, garantida a sobrevivência das populações tradicionais e sua possibilidade de trabalho, convivem formas de vida plurais àquilo que se entende ser o cidadão brasileiro padrão, transeunte das grandes cidades, trabalhador assalariado (perfil que também encontramos nas cidades de interior, mas que não reproduz exatamente o exemplo das grandes urbes). Antes que me perca em categorias apressadas, mais vale a proposta de tomar o território brasileiro como centro das discussões, sem deixar de fazer aparecer os seus interiores. Ou seja, na perspectiva decolonial que aqui postulo, entendo ser o território um importante recorte para a tendência historiográfica do período ditatorial. Se é consenso que o capitalismo e a modernidade nascem no mesmo dia em que o território americano se apresenta à expansão europeia (Quijano, 1991), criticar o colonialismo é, portanto, criticar o processo de conversão de culturas contido na generalização promovida pelo capitalismo ao longo dos séculos. Têm-se assim, nesse momento, a Amazônia como um dos últimos territórios a serem convertidos pela ideologia do progresso, lugar da onde podemos enunciar um limite a essa expansão. E somos sabedores, inclusive, que essa expansão é levada ao norte do país pelas políticas de desenvolvimento da ditadura. Em seu caso, se a Amazônia ainda configura um ambiente de resistência ao avanço da economia de mercado, populações locais que freiam esse movimento em luta, ela também manifesta tentativas de aproximação com tendências autoritárias que visam a assimilação desse lugar a padrões nacionalizantes e internacionalizantes, distantes, por exemplo, de uma perspectiva socioambiental que caminha na contramão da expansão capitalista, processo que vem a criar demandas externas a essas mesmas localidades, produzindo e reproduzindo diversos tipos de exploração nesses lugares.

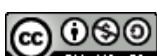
E é justamente na potente relação entre cultura e política que o pesquisador consegue perceber e circunscrever discursos que montam o quadro de disputa do regional, dando a ver essa ou aquela iniciativa do campo social, suas disputas, e denunciando um conflito que se desdobra junto à história do capitalismo e da



modernidade. Por sua vez, quando pormenorizados, esses conflitos vêm a assumir vertentes singulares, sobretudo quando no momento de exercício de governos ditatoriais ao longo das Repúblicas que atravessam a história do continente americano como um todo. Mas, como disse, a importância do território como ferramenta conceitual e crítica não é uma realidade única e exclusiva da Amazônia. Outros trabalhos que partem dos interiores do território nacional também são capazes de apontar as relações existentes no abraço de uma cultura tradicional e conservadora, mola propulsora dos regimes autoritários ao longo do século XX – basta lembrar de Vichy.

Para encaminhar o fim da discussão, no exercício crítico da ditadura, a defesa da relação território/decolonialidade encontra na Constituição de 1988 um marco importante. Ou seja, de acordo com o texto pétreo, viver no Brasil é conviver com uma população plural, por isso não exatamente nacional, única ou indivisa. Na continuidade de nossos estudos e pesquisas, trabalhos sobre a ditadura militar, portanto, seja lá em qual tendência historiográfica nos situemos, jamais devemos menosprezar as intenções patrióticas nacionalizantes da direita brasileira, seu fascismo e sua política cultural corporativa, articulações que tendem às hegemonias. Quando isolamos o período 1964/85, é importante, por exemplo, a postura de seguir na contramão das intenções de segurança nacional e desenvolvimento, fazendo então sobreviver a Constituição que o sepultou, na insistente defesa por um mapa plural de nossa população e território. Esse é um esforço intelectual que pretende autorizar as diferentes formas de vida e trabalho que congregamos no espaço brasileiro, e que constituem a singularidade de nossa expressão cultural, distante, portanto, da imposição do conservadorismo fascista.

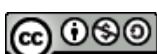
No entanto, ao seguir com a associação crítica entre colonialismo e ditadura, concluo que devemos mesmo realçar o cotidiano dos interiores sob os anos do regime. Para tanto, mais uma vez sugiro valorizar o instrumental do conceito de *cultura política*, no entendimento de como as instituições criam e difundem suas hegemonias: seus discursos, políticas e personagens (sujeitos no Brasil da segunda metade do século XX). Dito de outra forma, os interiores são localidades potentes para a reprodução dos *slogans* da ditadura militar, mesmo que seja possível



apontarmos expressões da resistência política nessas mesmas localidades. Enfim, não devemos nos esquivar do quadro institucional da época e das manifestações populares de seu apoio, sem deixar de lado, é claro, as expressões de resistência, construindo um diagrama complexo da relação entre sociedade e ditadura. Com tal atitude, tenho a grande vontade de que os novos historiadores não desistam de uma abordagem do cotidiano, nesse caso contida em uma escrita do dia a dia das pequenas cidades, uma vida comum, de pessoas comuns. Considerada a narrativa, não deixarei de estimular a coragem dos pesquisadores mais recentes para enfrentar o tema da legitimidade do regime que assolou o país por 21 anos. Construída a postura do sujeito pensante que tem na sua frente a ditadura militar, este não deve evitar, portanto, uma visão ampliada daquilo que constitui a noção de resistência sob os autoritarismos, abrindo importante espaço para pensarmos a noção de desvio social como parte da crítica aos fascismos e aos negacionismos (Becker, 2008).

## Referências

- ALBUQUERQUE JR., D. M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Editora Massangana, 1999.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC · Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1987.
- BECKER, Howard S. *Outsiders. Estudos de Sociologia do Desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRAGA, Magno Michell Marçal. *Construtores do Brasil Grande: Trabalho e trabalhadores na rodovia Transamazônica (1970-1974)* (Doutorado em História). Universidade de Coimbra: Coimbra, UC, Portugal, 2021.



CLAUDIO, H. B. Más allá del consenso y la oposición: las actitudes de la “gente corriente” en regímenes dictatoriales. Una propuesta de análisis desde el régimen franquista. *Revista De Estudios Sociales*, 87–100, 2014.

CORDEIRO, J. M.; MAGALHÃES, L. G. Por uma história do cotidiano dos regimes autoritários no século XX. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 242-249, maio-ago. 2017.

CORDEIRO, Janaina Martins. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

DOSSE, François. Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix. São Paulo: Unesp, 2013.

DUSSEL, Enrique. 1492 o encobrimento do outro a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993

ESCOBAR, A. *La invención del Tercer Mundo. Construcción y desconstrucción del desarrollo*. Caracas: El perro y la rana, 2007.

FICO, C. *Reinventando o Otimismo. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FICO, C. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74, jan./abr. 2017.

FICO, Carlos. História que temos vivido. In: VARELLA, Flávia e outros (Orgs.). *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

FOUCAULT, M. *Segurança, Território e População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presenteísmo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JANOTI, Maria de Lourdes Monaco. Historiografia: uma questão regional? In SILVA, M. A. *República em migalhas*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1990.

KAMINSKI, Leon. *A Revolução das Mochilas: contracultura e viagens no Brasil ditatorial*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022.

KAMINSKI, Leon. *Contracultura no Brasil, anos 70: circulação, espaços e*



*sociabilidades*. 1. ed. Curitiba: CRV, 2019

KAMINSKI, Leon. Prefácio. In: Josiane de Paula Nunes, Viviani Belarmino Rocha. (Org.). *A violência contra a mulher na ditadura militar: um estudo através dos processos criminais da Comarca de Campanha (1964-1985)*. 1ed. Ponta Grossa: Atena, 2024.

KAMINSKI, Leon. Os Festivais de Inverno e a repressão em Ouro Preto. In: SILVEIRA, Marco Antonio; MAIA, Marta; PEREIRA, Mateus; SILVA, Camilla. (Org.). *História de repressão e luta na UFOP, Ouro Preto e região*. 1ed. Ouro Preto: Editora UFOP, 2018, v. , p. 317-329.

KNAUSS, P. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 12, jan-jun 2006.

KOTT, Sandrine; LÜDTKE, Alf. De l'histoire sociale à l'Alltagsgeschichte. Entretien avec Alf Lüdtke. In: *Genèses*, 3, 1991.

LÜDTKE, Alf (Org.). *Histoire du quotidien*. Paris: Maison des sciences de l'homme, 1994.

LUIZ, Janailson Macêdo. O passado autoritário e seus rastros: 50 anos da Guerrilha do Araguaia (1972-2022). In: Maurílio de Abreu Monteiro. (Org.). *Amazônia: a região de Carajás*. 1ed. Belém: NAEA Editora, 2023, v. , p. 183-206.

LUIZ, J. M. ; REIS, N. F. I. ; SILVA, IDELMA SANTIAGO DA . A ditadura e os rastros da repressão no sudeste paraense: desvelando memórias sobre a Casa Azul. *Saeculum* (UFPB), v. 39, p. 83, 2018.

MIGNOLO, Walter. *The Politics of Decolonial Investigations*. Durhan: Duke University Press, 2021.

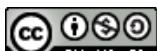
MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, jan./mar. 2018.

MUNIZ, Iranice Gonçalves; SILVA, Edjane Esmerina Dias da. *Memória, verdade e justiça de transição*. Florianópolis: CONPEDI, 2014. p. 212 – 226.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História Regional e transformação social. In SILVA, M. A. *República em migalhas*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1990.

PEUKERT, Detlev J. K. *Inside Nazi Germany. Conformity, opposition, and racism in everyday life*. Yale University Press, 1987.

QUIJANO, Anibal. La modernidad, el capital y América Latina nacen el mismo día. *ILLA - Revista del Centro de Educación y Cultura*, No. 10, Lima, enero de 1991, pp. 42-57.



REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REVEL, Jacques. *Jogo de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

ROLLEMBERG, D. *Resistência: memória da ocupação nazista na França e na Itália*. São Paulo: Alameda, 2016.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Trad. Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SILVA, M. A. *República em migalhas*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1990.

SILVA, Marcos Antônio (Org). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero/Anpuh, 1990. Resenha de: GOMES, Angela Maria de Castro. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.11, n.22, p.210-212, mar.1991/ago.1991.

SARLO, B. *Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SCHINKE. Vanessa Dorneles. História institucional do Judiciário durante a ditadura civil militar: a responsabilidade do direito com o passado e o compromisso constitucional. In: MUNIZ, Iranice Gonçalves; SILVA, Edjane Esmerina Dias da. *Memória, verdade e justiça de transição*. Florianópolis: CONPEDI, 2014. p. 212 – 226.

SOUZA, César Augusto Martins de. *A estrada invisível: memórias da Transamazônica* (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2009.

SOARES, Filipe. O impacto da ditadura na Amazônia ou o impacto da Amazônia na ditadura? Por uma revisão crítica do termo “grandes projetos” como definidor do período 1964-1985 na região. *Cadernos do Nuppome*, v. 5, p. 9-18, 2023.

TEIXEIRA DA SILVA, Franciso Carlos. *Teses sobre a História dos militares no Brasil*. Brasil de Fato: São Paulo, 2020. Disponível em:  
<https://www.brasildefato.com.br/2020/01/18/artigo-or-teses-e-falacias-sobre-a-historia-dos-militares-no-brasil>.

THOMPSOM, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THOMPSOM, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In: NEGRO, A.; SILVA, S. (org.). *As peculiaridades dos Ingleses e outros ensaios*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

Artigo recebido em: 30/05/2025.

Aprovado para publicação em: 09/10/2025.

